

THOMAS, Hélène. Les vulnérables. La démocratie contre les pauvres. Collection TERRA. Editions du Croquant, février 2010, 254pg.

AUTORA DA RESENHA: DELMA PESSANHA NEVES

Hélène THOMAS é psicanalista, doutora em sociologia, professora de ciência política do Institut d'Etudes Politiques d'Aix en Provence. Tem-se dedicado à análise de políticas públicas que tomam a encargo a dependência, a exclusão social e a garantia de direitos fundamentais na França e na Europa. Em termos gerais, ela se ocupa do estudo dos fundamentos ideológicos dos dispositivos e das articulações entre categorizações, elaboradas no campo do conhecimento acadêmico e dos agentes políticos e *experts*, e efeitos práticos dessas formas de etiquetagem. Sobre essa temática, entre outras publicações, destacam-se *La production des exclus*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, “Du lancer de nain comme canon de l'indignité. Le fondement éthique de l'État social”, in *Raisons politiques*, “Repenser l'État social”, nº 6, mai 2002: 37-52, “La personne âgée peut-elle fragiliser le réseau qui la soutient”, in *Gérontologie et sociétés*, nº 109, juin 2004: 165-182; “La promotion de la citoyenneté sociale et politique dans le grand âge à l'ère de la protection rapprochée”, in *Gérontologie et sociétés*, nº 120, mars 2007: 99-114; e o livro identificado como objeto desta resenha.

No livro, ela analisa, numa perspectiva sócio-histórica e arqueológica, conceitos articulados como fragilidade, precariedade, vulnerabilidade e, no contraponto, resiliência. Reconhecendo a atual consagração internacional desses termos, ocupa-se não só das condições de circulação do conhecimento que eles pressupõem, mas também este próprio processo de transformação nos deslocamentos de campos semânticos, das ciências biológicas e morfológicas ou sistêmicas para ciências sociais. Insistindo na delimitação dos investimentos interpretativos no campo social de ação e cognição dos *experts*, ela também oferece reflexões importantes sobre

as formas de destituição do saber dos miseráveis ou dependentes, cujas concepções são deduzidas por outros, processo que impõe o silêncio dos assim destituídos. Por tais reflexões, também oferece lição de método sobre o estudo dessas relações e das formas de produção e circulação de saber sob condições diferenciadas de poder. Considerando aquelas categorias como instrumentos de políticas públicas nacionais e internacionais, ela também valoriza analiticamente os efeitos psíquicos e sociais sobre os quais estão coladas essas etiquetas oficiais, pois a partir delas são propostos os modos de tratamento.

Enfim, o texto corresponde a cuidadoso projeto de estudo por perspectiva arqueológica (no sentido foucaultiano) do Estado social e colonial e seus efeitos sobre diversos domínios de intervenção. Paralelamente, trata-se de um conjunto de reflexões sobre designadas alteridades que constroem silenciados ou aqueles que se apresentam dotados de voz pública por reconhecimento de depoimentos apiedados e românticos.

A autora articula um conjunto de operações semânticas pelas quais as associações, conjunções e contraposições entre os termos precariedade e fragilidade, referenciados à metáfora biológica da fratura social, vêm embasar os deslocamentos de sentidos atribuídos mais recentemente ao termo vulnerabilidade. Por esse exercício, o texto é leitura fundamental para quem se interessa pela compreensão dos atuais meandros e parâmetros internacionais para construção de políticas sociais nas democracias liberais, cujo teor, como ela demonstra, integra o abandono das análises sobre erradicação da pobreza para investir na erradicação dos pobres.

A partir do final dos anos 1980, assinala a autora, os pobres não são mais, na boca dos governantes, aqueles indivíduos que, pela pobreza, teriam direito à ajuda respaldada na contribuição de seus concidadãos, em nome da fraternidade e da igualdade. Ao contrário, eles devem se conformar aos comportamentos que deles se esperam, caso desejem ser economicamente ajudados e/ou acompanhados por instituições sociais: “o dever pelo assistido de viver dignamente é a contrapartida da ajuda advinda dos poderes públicos”. Conclui, então, que nós, neste início do século XXI, assistimos ao retorno de políticas higienistas e coercitivas, tão recorrentes em séculos passados. A rejeição dos excluídos, como sarcasticamente ela se refere a diversos atuais autores que se ocupam dessa concepção, mas também a consideração desses casos, em reconhecimento a pesquisas que eles têm levado a efeito, não se opera em instituições de isolamento, mas em bairros, na França definidos como *sensíveis*. Esses espaços habitacionais correspondem, então, de fato, a centros de retenção de migrantes.

Trata-se de produção de argumentos extremamente documentados, de um complexo diálogo em múltiplos campos disciplinares, sem perder de vista os problemas epistemológicos inerentes a essa circularidade, tomando como questão fundamental o estudo de termos altamente consagrados em vários domínios de produção de conhecimento e de circulação internacional.

Em síntese, mesmo que nesse ato eu corra o risco da simplificação, mas ato necessário pela impossibilidade de abarcar tantos desdobramentos teóricos, metodológicos, epistemológicos e empíricos que a argumentação da autora incorpora, poderia afirmar: atenta aos inúmeros deslocamentos de sentidos e às aproximações e convergências de categorias cognitivas que configuram o atual campo semântico das políticas sociais destinadas aos miseráveis, a autora procede a uma rica análise sobre os processos de constituição de conhecimentos e práticas vinculadas às políticas sociais voltadas para os vulneráveis e os precários. Tais meios exprimem, segundo ela, as rupturas na ação do Estado neoliberal, por cujos efeitos vem sendo intensificado o afastamento dos miseráveis do campo de proteção dos direitos.